



GT 18. As encruzilhadas entre fazer sofrer ou devolver a dor nas teias governamentais do sofrimento

Coordenador(es):

Larissa Nadai (USP - Universidade de São Paulo)

Anelise dos Santos Gutterres (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1 - Sobre fazer sofrer: o sofrimento como técnica e modo de governo

Debatedor/a: Everton de Oliveira (UEM - Universidade Estadual de Maringá)

Sessão 2 - Sofrimento como gramática: enredamentos entre política e práticas de existência

Debatedor/a: Adriana dos Santos Fernandes (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Dando continuidade aos debates iniciados na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Brasília, este Grupo de Trabalho aborda a relação entre as diversas malhas governamentais e seus efeitos na condução da vida cotidiana. Especificamente, interessa-nos os efeitos que geralmente são traduzidos como sofrimento, tanto pelos sujeitos que experienciam essa condição afetiva quanto pelos discursos que compõem o aparato governamental e seus modelos de gestão de corpos, populações e territórios. Ou seja, situações de pesquisa cujo nexos está exatamente em situar o sofrimento tanto nas tramas que conformam o aparato governamental em seus mais variados setores, órgãos e instituições, quanto no modo pelos quais os sujeitos se movem por tais emaranhados estatais. Nesse sentido, por um lado, procuramos reunir neste GT, investigações atentas etnograficamente aos modos pelos quais as instâncias estatais induzem (ou refreiam) o sofrimento (físico, moral ou subjetivo) das populações que visam governar, num entrecruzamento cujo móvel está nas práticas de controle, cuidado, intervenção, perscrutação e/ou extermínio de corpos, relações e territórios. Por outro lado, a fim de escrutinar os limites éticos de pesquisa em tais condições - assim como os desafios de uma escrita antropológica da dor que não reincida ela mesma na classificação maciça do sofrimento -, daremos prioridade às reflexões metodológicas e políticas nas quais a antropologia e as ciências sociais sejam o próprio foco de atenção.

?A lama que veio e aqui ficou?: Desdobramentos institucionais do desastre da Samarco e sofrimento social na foz do rio Doce

Autoria: Flávia Amboss Merçon Leonardo (Universidade Federal de Minas Gerais)

Este texto examina a situação de crise vivenciada pelos moradores de Regência Augusta, distrito de Linhares (ES), deflagrada com o rompimento da barragem de rejeitos minerários de Fundão, no município de Mariana (MG). Através da perspectiva da Sociologia e Antropologia dos desastres, o artigo tem a finalidade de discutir as redes de articulações e disputas que se configuram entre diferentes sujeitos no caso em tela, sobretudo, entre aqueles que são considerados aptos a pensar e atuar na gestão do desastre (Estado e empresas) e aqueles que vivenciam os efeitos do desastre no seu cotidiano, não obstante, possuem participação limitada nas arenas institucionais, onde as discussões, negociações e decisões que afetam suas vidas são realizadas. Desde 2015 tenho realizado etnografia dos encontros entre as vítimas, sobretudo aquelas residentes na região da foz do rio Doce, e as instituições dedicadas à gestão da crise em destaque. Nesses espaços, tenho observado a formação de um campo conflitivo: de um lado, a narrativa institucional e corporativa, que envolve um aspecto linear sobre o evento, os impactos e a elegibilidade das vítimas, do outro lado, a experiência do desastre é narrada e denunciada a partir de sua complexidade, por aqueles que sofrem cotidianamente os efeitos nos territórios. Nesses espaços de interação é possível testemunhar, portanto, não



só a violação de direitos, que é cotidiana, mas também a ampliação do sofrimento social como consequência do processo de gestão do desastre.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: